Março/2001
Vol. 7, Nº 3

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, março/2001

MINISTRO DA FAZENDA
Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Almério Cançado de Amorim
Eduardo Refinetti Guardia
Renato Villela
Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Cleber Ubiratan de Oliveira
Daniel Silva Balaban
José Cordeiro Neto
Lindemberg de Lima Bezerra

COLABORADORES
Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva
Rômulo Rodrigues

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 412-2203
Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br
Home Page: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 7 – nº 3, março de 2001. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, março, 2001, vol. 7, nº 3.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN 1519-1680

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em março, o Governo Central apresentou superávit de R$ 3,7 bilhões, acumulando no primeiro trimestre do ano resultado de R$ 7,0 bilhões, equivalente a 2,42% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R$ 4,5 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R$ 800,6 milhões e R$ 43,3 milhões, respectivamente.

O Governo Central registrou superávit primário de R$ 3,7 bilhões em março de 2001.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001

R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Fev	Mar	Jan-Mar	
	2001	2001	2000	2001
I. RECEITA TOTAL	**18.472,1**	**21.613,0**	**55.873,4**	**62.777,8**
I.1. Receitas do Tesouro	**13.692,4**	**16.965,6**	**43.511,0**	**48.731,1**
I.1.1 Receita Bruta	14.040,5	17.247,8	44.703,9	49.728,3
I.1.2. (-) Restituições	(291,7)	(253,0)	(887,6)	(858,8)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(56,4)	(29,2)	(305,3)	(138,4)
I.2. Receitas da Previdência Social	**4.779,7**	**4.647,4**	**12.362,4**	**14.046,7**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**3.820,5**	**3.081,3**	**9.974,9**	**11.259,4**
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**14.651,6**	**18.531,7**	**45.898,5**	**51.518,4**
IV. DESPESA TOTAL	**13.949,9**	**14.788,4**	**38.743,7**	**44.472,0**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	**4.858,9**	**4.730,8**	**13.886,4**	**15.480,8**
IV.2. Benefícios Previdenciários	**5.301,8**	**5.448,1**	**14.123,8**	**16.009,9**
IV.3. Custeio e Capital	**3.789,2**	**4.609,6**	**10.733,5**	**12.981,4**
IV.3.1. Despesas do FAT	322,6	604,2	1.405,5	1.350,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	314,2	352,5	393,1	867,1
IV.3.3. Outras Despesas	3.152,3	3.652,8	8.934,8	10.763,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	**701,7**	**3.743,3**	**7.154,8**	**7.046,4**
V.1. Tesouro Nacional	1.223,8	4.543,9	8.916,2	9.009,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(522,1)	(800,6)	(1.761,5)	(1.963,2)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	**(73,5)**	**(43,3)**	**(154,3)**	**(147,1)**
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	**628,2**	**3.700,0**	**7.000,5**	**6.899,2**
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			**2,82%**	**2,42%**

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	22,5%	22,0%
Transferências	4,0%	4,0%
Receita Líquida	**18,5%**	**18,1%**
Despesa Total	15,6%	15,6%
Resultado Primário	**2,8%**	**2,4%**

No ano, o superávit primário do Governo Central situou-se praticamente no patamar daquele obtido no ano anterior, em termos nominais, indicando redução de 0,4 ponto percentual em relação ao PIB. Observe-se que as despesas totais mantiveram-se em 15,6% do PIB, mesmo com os efeitos da aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000 e do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou, a partir de setembro do ano passado, os recursos destinados à área da Saúde. Por outro lado, a redução de 0,4 ponto percentual do PIB nas receitas deve-se, em grande parte, ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais da ordem de R$ 1,4 bilhão, em março de 2000, e à redução da alíquota da CPMF, de 0,38% para 0,30%, no período de 16/06/2000 a 17/03/2001.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
Acumulado: Mar2001/Mar2000

Receitas	**12,4%**
Tesouro	12,0%
Previdência	13,6%
Transferências	**12,9%**
Receita Líquida	**12,2%**
Despesas	**14,8%**
Benefícios	13,4%
Pessoal	11,5%
Custeio e Capital	20,9%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	**2000**	**2001**
Tesouro Nacional	3,6%	3,2%
Previdência Social	-0,7%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	**2,8%**	**2,4%**

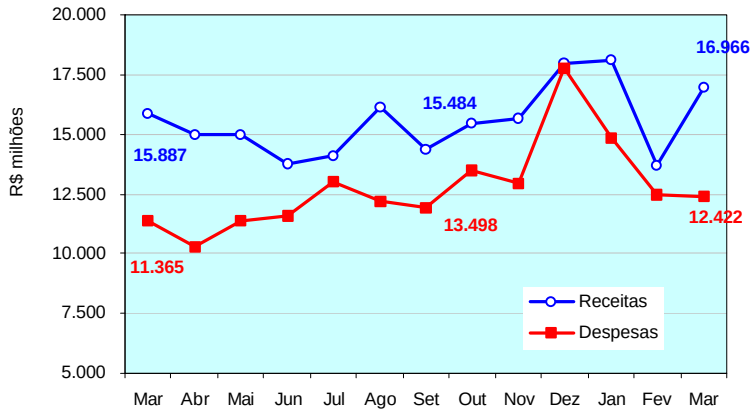
O déficit da Previdência Social manteve-se em 0,7% do PIB no trimestre. Foram decisivos para tal desempenho o esforço de recuperação de receitas implementado pela Previdência, a evolução favorável do mercado de trabalho formal e a redução no ritmo de crescimento das concessões de benefícios, em particular aqueles vinculados ao tempo de contribuição. Importante observar que a arrecadação do mês foi influenciada pela antecipação de recolhimentos efetuada no mês de fevereiro.

Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R$ 9,0 bilhões no trimestre, valor equivalente a 3,2% do PIB estimado para o período. As receitas apresentaram incremento de R$ 5,2 bilhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, em proporção do PIB, verificou-se uma redução equivalente a 0,4 ponto percentual do PIB.

No primeiro trimestre do ano, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R$ 9,0 bilhões.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2000/2001



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	**2000**	**2001**
Receitas do Tesouro (*)	17,5%	17,1%
Transferências	4,0%	4,0%
Despesas do Tesouro	9,9%	10,0%
Resultado Primário	**3,6%**	**3,2%**

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As despesas passaram de R$ 24,6 bilhões para R$ 28,5 bilhões, praticamente no mesmo patamar em termos percentuais do PIB. As transferências a estados e municípios mantiveram-se em 4,0% do PIB, como reflexo do incremento das receitas partilhadas. As despesas de custeio e capital cresceram cerca de 0,3 ponto percentual do PIB, explicado pela aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondente este ano, e do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/00, que elevou os recursos destinados à área da Saúde. Por fim, destaque-se a redução das despesas com pessoal e encargos, de aproximadamente 0,2 ponto percentual do PIB, até o período.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R$ 17,2 bilhões no mês de março, registrando um incremento de R$ 3,2 bilhões em relação ao mês anterior devido, em parte, à ocorrência de cinco semanas de fatos geradores, contra três no mês de fevereiro. Com isso, a arrecadação de tributos com apuração semanal apresentou expressiva elevação: IRRF (26,9%), o IOF (47,7%) e a CPMF (74,6%). Também contribuiu para o aumento da arrecadação da CPMF, em menor escala, a vigência da alíquota de 0,38%, a partir do dia 18 de março, conforme estabelecido no Decreto nº 3.775/01. Tal instrumento legal regulamentou o artigo 80 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/00, que instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Em março, a receita bruta do Tesouro atingiu o montante de R$ 17,2 bilhões, com destaque para o recolhimento relativo à Declaração de Ajuste pelas empresas e o ingresso de receitas de concessões da ordem de R$ 1,3 bilhão.

Outro fator que afetou positivamente a arrecadação de março foi o pagamento relativo à Declaração de Ajuste do ano de 2000 do IRPJ e da CSLL. A arrecadação total desses tributos cresceu 21,9% passando de R$ R$ 1,9 bilhão, em fevereiro, para R$ 2,3 bilhões em março.

Em relação às demais receitas, o principal destaque do mês foi o ingresso de R$ 1.321,0 milhões em receitas de concessões de serviços de telefonia relativas a 50% do valor atingido no leilão da Banda D (Regiões I, II e III) ocorrido em 13 de fevereiro. As receitas e contribuições parafiscais também apresentaram crescimento de R$ 154,3 milhões em relação ao mês anterior.

Por outro lado, as receitas de dividendos totalizaram, em março, R$ 66,0 milhões ao passo que, em fevereiro, o recolhimento dessas receitas havia sido de R$ 256,5 milhões reflexo, principalmente, de pagamentos efetuados naquele mês pela Companhia Vale do Rio Doce S.A. e Banco do Brasil S.A.. A arrecadação de *royalties* pagos pela Petrobras e concessionárias pela produção e exploração de petróleo e gás natural, bem como as receitas do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), mantiveram-se no mesmo patamar do mês anterior, de R$ 246,6 milhões e R$ 117,2 milhões, respectivamente.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R$ 49,7 bilhões, o equivalente a 17,5% do PIB. Esses valores indicam uma redução de 0,5 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período de 2000, sendo que o menor recolhimento de impostos e contribuições sociais, equivalente a 1,1 ponto percentual do PIB, foi parcialmente compensado por acréscimo nas demais receitas, de 0,6 ponto percentual.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	**2000**	**2001**
Impostos	**8,6%**	**8,0%**
Imposto de Renda	6,0%	5,3%
IPI	1,6%	1,6%
Outros	1,0%	1,1%
Contribuições Sociais	**8,1%**	**7,6%**
Cofins	3,7%	3,8%
CPMF	1,5%	1,2%
CSLL	1,2%	0,9%
Outras	1,7%	1,7%
Demais	**1,3%**	**1,9%**
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,1%	0,1%
Concessões	0,1%	0,5%
Outras	1,1%	1,2%
Total Bruto	**18,0%**	**17,5%**

Em termos nominais a receita bruta do primeiro trimestre de 2001 foi superior em R$ 5,0 bilhões à observada em idêntico período de 2000. No que se refere às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram: i) acréscimo de 22,0% na arrecadação do IPI-bebidas, uma vez que a partir de abril, com a edição da Instrução Normativa SRF nº 41/00, foi vedada a compensação do imposto devido com outros créditos de terceiros; ii) aumento de 19,6% na arrecadação do IPI-automóveis em função do incremento de 27,5% no volume de vendas de automóveis leves no mercado interno; e iii) acréscimo de 9,5% e 8,3% nas receitas da Cofins e do Pis-Pasep refletindo, principalmente, a mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e o pagamento por substituição pelo setor automotivo.

Por outro lado, apresentaram redução os seguintes impostos e contribuições: i) IRPJ (28,8%) e CSLL (22,5%) em função da arrecadação extraordinária, relativa a depósitos judiciais e administrativos, em março de 2000, no valor de R$ 1.436,0 milhões, além das reduções de 19,3% na arrecadação oriunda de pagamentos por estimativa e de 35% na arrecadação referente à Declaração de Ajuste das instituições financeiras, em decorrência da maior lucratividade observada em 1999, por conta da desvalorização cambial, com reflexo positivo no recolhimento efetuado em 2000; ii) IRPF (14,3%) como decorrência de arrecadação atípica relativa a ganhos de capital na alienação de bens, no mês de janeiro de 2000, no montante de cerca de R$ 90,0 milhões; iii) CPMF (14,1%), refletindo a redução da alíquota de 0,38% para 0,30%, para os fatos geradores a partir de 17/06/2000, consoante o disposto na Emenda Constitucional nº 21/99.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Mar (R$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	**2000**	**2001**
Demais	**3.247,8**	**5.323,4**
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	207,2	322,8
Concessões	269,2	1.465,6
Outras	2.771,3	3.535,1

As demais receitas do Tesouro apresentaram crescimento de R$ 2,1 bilhões, equivalente a 64,3% em termos nominais, em relação ao primeiro trimestre de 2000. A principal rubrica que apresentou variação significativa foi concessão de serviços públicos, que passou de R$ 269,2 milhões no período de janeio a março de 2000, para R$ 1.465,6 milhões nos três primeiros meses de 2001. Por sua vez, as receitas de r*oyalties* pagos pela Petrobras e participações especiais (Lei nº 9.478/97), em decorrência da exploração e produção de petróleo e gás natural, ficaram R$ 475,6 milhões acima das verificadas no período do ano anterior. Os recolhimentos das receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) atingiram, até março deste ano, o montante de R$ 354,3 milhões, sem correspondência em idêntico período de 2000. Por fim, as receitas com o recolhimento de participações e dividendos apresentaram incremento de pouco mais de R$ 100,0 milhões.

Transferências a estados e municípios

As transferências a estados e municípios mantiveram-se constantes em percentual do PIB, quando comparadas ao primeiro trimestre de 2000. Em termos nominais, houve aumento de 12,9%, o que corresponde a um acréscimo da ordem de R$ 1,3 bilhão no montante transferido àqueles entes da federação.

No que se refere às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo nominal de R$ 1,0 bilhão relativamente às realizadas no primeiro trimestre de 2000 (11,4%). Tal desempenho foi fortemente influenciado pelas transferências efetuadas em janeiro, como reflexo da evolução das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) ao final do ano passado. Naquele mês, tais transferências totalizaram R$ 3,5 bilhões, contra R$ 2,7 bilhões observadas em janeiro de 2000.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	3,2%	3,2%
Desoneração do ICMS	0,3%	0,3%
Demais	0,5%	0,5%
Total	**4,0%**	**4,0%**

No que se refere aos repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96, estas mantiveram-se no patamar de 0,3 ponto percentual do PIB, o mesmo registrado em 2000. Tais transferências totalizaram R$ 896,1 milhões no primeiro trimestre de 2001, contra R$ 805,3 milhões em idêntico período de 2000.

As demais transferências, quando consideradas em proporção do PIB, também mantiveram-se no mesmo patamar do ano anterior. Em valores nominais, atingiram o montante de R$ 1.350,0 milhões no primeiro trimestre, contra R$ 1.183,3 milhões no período de janeiro a março de 2000. Enquanto as transferências relativas aos *royalties* da Petrobras (Lei nº 9.478/97) e outras receitas apresentaram acréscimos de R$ 241,0 milhões e R$ 61,0 milhões, respectivamente, as transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação e à complementação da União ao Fundef apresentaram queda de R$ 116,8 milhões e R$ 18,4 milhões, respectivamente.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
Jan-Mar (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	518,7	401,9
Royalties Lei 9478	399,5	640,5
Fundef	121,6	103,2
Outras	143,5	204,4
Total	**1.183,3**	**1.350,0**

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em março, as despesas do Tesouro Nacional aumentaram 8,0% em relação a fevereiro, correspondente a R$ 692,3 milhões. A folha salarial do funcionalismo público reduziu-se em R$ 128,1 milhões, devido a despesa com férias ocorrida no mês anterior.

Em março, a despesa do Tesouro totalizou R$ 9,3 bilhões, contra R$ 8,6 bilhões no mês anterior.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cresceram 87,2% em relação ao mês anterior, por conta de maiores liberações de recursos às instituições financeiras para custeio do seguro-desemprego, que normalmente ocorrem nesse período. Em fevereiro, foram gastos com aquele benefício o montante de R$ 206,5 milhões, contra R$ 473,3 milhões no mês em análise.

As demais despesas de custeio e capital apresentaram aumento de 15,9%, correspondente a um acréscimo de R$ 500,5 milhões em relação ao mês

A evolução das despesas com custeio e capital encontram-se de acordo com os limites autorizados pelo Decreto nº 3.746/01 e alterações posteriores.

de fevereiro. Esse gasto adicional no mês é explicado pela utilização, pelos órgãos gestores, de recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro nos meses anteriores. Importante destacar que essa despesa encontra-se limitada aos valores autorizados pelo Decreto nº 3.746/01 e suas alterações posteriores, em linha com as metas fiscais.

Os gastos com subsídios e subvenções do Tesouro Nacional atingiram o montante de R$ 352,5 milhões. Em relação ao mês anterior, houve elevação de 12,9,%. As aquisições de estoques de milho e de arroz no âmbito do Programa de Aquisiçoes do Governo Federal (AGF) contribuíram para o crescimento das despesas com o Programa de Política de Preços Agrícolas, que passaram de R$ 33,6 milhões em fevereiro para R$ 125,8 milhões este mês.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro trimestre de 2001, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de aproximadamente 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2000. Tal resultado deveu-se, em parte, ao acréscimo verificado nas despesas de custeio na área da saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/00. Até março desse ano os gastos com custeio do Ministério da Saúde perfizeram R$ 4,8 bilhões, ao passo que no mesmo período do ano anterior esses gastos foram de R$ 3,8 bilhões.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
Jan-Mar (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	**5,59%**	**5,43%**
Custeio e Capital	**4,32%**	**4,56%**
Despesas do FAT	0,57%	0,47%
Subsídios e Subvenções	0,16%	0,30%
Outras	3,59%	3,78%

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram 5,4% do PIB, registrando redução de 0,2 ponto percentual em relação ao PIB, quando comparadas a período de janeiro a março de 2000. Em termos nominais, no entanto, essas despesas cresceram 11,5% no período, em decorrência da reestruturação e realinhamento salarial de algumas carreiras estratégicas do funcionalismo público, ocorridos em 2000. Além disso, a partir de janeiro desse ano, foi reestruturada a remuneração dos militares das Forças Armadas.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
Jan-Mar (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	**85,8**	**327,0**
Custeio Agropecuário	36,8	45,4
Investimento Rural	6,4	21,0
Preços Agrícolas	(49,3)	153,5
- EGF	1,1	0,7
- AGF	(51,4)	124,3
- Sustentação de preços	1,0	28,5
Pronaf	91,9	107,1
PESA	-	-
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	**168,6**	**280,2**
Proex	168,6	280,2
Total	**254,4**	**607,2**

No mesmo período, os gastos com subsídios e subvenções econômicas registraram acréscimo nominal da ordem de R$ 474,0 milhões, em particular aqueles destinados à agricultura. Essa elevação pode ser atribuída, em grande medida, às aquisições de estoques de milho e arroz em volume significativo no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF) no mês de março de 2001.

Por sua vez, os subsídios vinculados às exportações aumentaram cerca de 66%, em função dos seguintes fatores: i) variação de 13,4% na taxa média de câmbio dos novos financiamentos do Proex no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado; ii) crescimento na quantidade de novos

financiamentos no âmbito daquele programa; e iii) gastos adicionais de R$ 15,6 milhões referentes a exercícios anteriores, sem paralelo no ano de 2000.

Previdência Social

Em março, a Previdência Social registrou déficit primário de R$ 800,6 milhões. A arrecadação líquida atingiu o montante de R$ 4,6 bilhões, inferior em 2,8% à verificada no mês anterior. As despesas com benefícios previdenciários apresentaram aumento nominal de cerca de 2,8%, atingindo R$ 5,4 bilhões.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Brasil, 2000-2001

DISCRIMINAÇÃO	Fev	Mar	Jan-Mar	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	**4.779,7**	**4.647,4**	**12.362,4**	**14.046,7**
Arrecadação Bruta	5.136,7	5.036,7	13.465,7	15.436,5
- Contribuição Previdenciária	4.844,7	4.704,3	12.525,8	14.418,4
- Simples	164,1	162,2	456,3	557,6
- CDP	13,3	8,7	39,9	23,9
- CFTE/FIES	17,4	22,6	-	71,2
- Depósitos Judiciais	50,2	90,1	365,7	211,0
- Refis	38,1	39,1	7,8	118,1
- Outras Receitas	8,9	9,7	70,1	36,4
(-) Restituição/Devolução	(25,0)	(26,9)	(37,2)	(63,8)
(-) Transferências a Terceiros	(332,0)	(362,4)	(1.066,1)	(1.326,0)
Benefícios Previdenciários	**5.301,8**	**5.448,1**	**14.123,8**	**16.009,9**
Resultado Primário	**(522,1)**	**(800,6)**	**(1.761,5)**	**(1.963,2)**
Resultado Primário/PIB			**-0,71%**	**-0,69%**

Em março, o déficit da Previdência foi de R$ 800,6 milhões, resultado de uma arrecadação de R$ 4,6 bilhões, em contrapartida a uma despesa com benefícios de R$ 5,4 bilhões.

A diminuição na receita líquida é atribuída a fatores sazonais, tais como: i) antecipação, de março para fevereiro, do recolhimento de cerca de R$ 80,0 milhões, relativos às contribuições das empresas, devido aos feriados bancários ocorridos em fevereiro; e ii) menor número de dias úteis do mês de fevereiro, que teve impacto negativo na contribuição sobre a remuneração variável (hora extra, adicional noturno e outros), bem como, sobre a remuneração de terceiros (autônomos e cooperativas).

Os feriados bancários e o menor número de dias úteis no mês de fevereiro afetaram o recolhimento de março.

Por outro lado, o crescimento da despesa previdenciária no mês março decorre, basicamente, do aumento na concessão de benefícios. Nesse mês, foram concedidos 307,1 mil novos benefícios, que totalizaram cerca de R$ 212,8 milhões de despesa adicional. A evolução no número de benefícios concedidos pode ser explicada pelo fato de que muitos desses pedidos estavam represados desde janeiro.

Até o mês de março, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R$ 2,0 bilhões, mantendo-se no patamar verificado no mesmo período de 2000,

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Mar (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	**2000**	**2001**
Contribuição	4,97%	4,93%
Benefícios	5,68%	5,62%
Resultado Primário	**-0,71%**	**-0,69%**

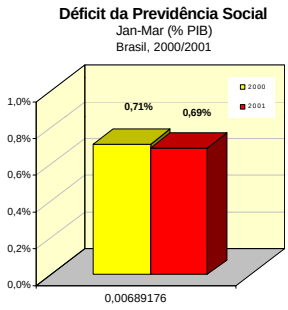
cerca de 0,7% do PIB. A evolução no período representa uma elevação de 11,5% em relação aos primeiros três meses do ano anterior.

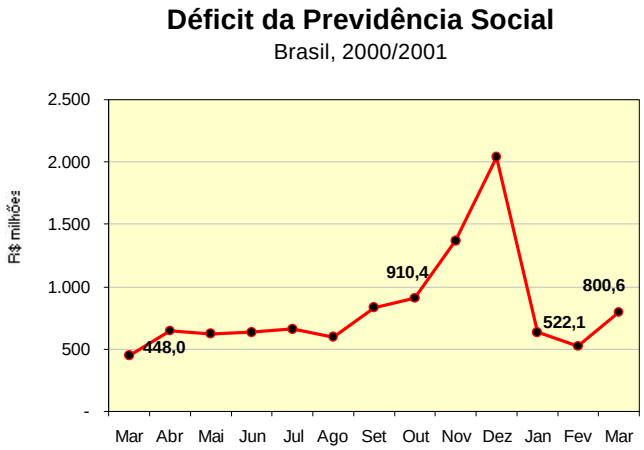
Até o período, a arrecadação líquida atingiu R$ 14,0 bilhões, sendo 13,6% superior à de 2000. Merece destaque o recolhimento proveniente do Refis, que perfez R$ 118,1 milhões no primeiro trimestre deste ano, contra R$ 7,8 milhões em idêntico período do ano passado. Também houve incremento no recolhimento por meio do Simples, que atingiu R$ 557,6 milhões nesse período, contra R$ 456,3 milhões em 2000. Por fim, observa-se entrada de recursos a título de CFTE/Fies, no total de R$ 71,2 milhões, sem contrapartida no ano anterior.

Os efeitos da reforma da previdência têm contribuído para atenuar o crescimento da taxa de concessão de benefícios.

As despesas com benefícios totalizaram R$ 16,0 bilhões no trimestre, em contrapartida aos R$ 14,1 bilhões observados em idêntico período de 2000. Esse acréscimo é explicado, em boa medida, pelo aumento nas concessões de benefícios ocorrido nesse período. Destaca-se o aumento de 61,2% na concessão do salário-maternidade, explicado pela mudança na legislação, realizada em novembro de 1999, que estendeu esse direito a todas as contribuintes individuais. Além disso, a concessão passou a ser realizada somente pelo INSS, e o pagamento diretamente pelas empresas

Importante destacar, no entanto, que a concessão de aposentadorias, que tem maior peso em relação ao total dos benefícios da previdência, reduziu-se 6,3% no acumulado do trimestre, sendo mais representativa a queda nas concessões de aposentadorias por tempo de contribuição (10,3%), seguida daquelas por idade (6,6%). O principal motivo para essa redução pode ser atribuído à reforma no sistema previdenciário, que restringiu as concessões para beneficiários com idade inferior a 50 anos, bem como, a aplicação da regra do fator previdenciário.





DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R$ 246,9 bilhões no mês de março, correspondente a 21,9% do PIB acumulado nos últimos doze meses, ligeiramente superior ao patamar apresentado no mês de fevereiro. A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

Em março, a dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em 21,9% do PIB, 0,6 ponto percentual acima do saldo de fevereiro.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(R$ milhões)

	2001		
	Jan	**Fev**	**Mar**
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**91.831**	**90.366**	**93.489**
Dívida Mobiliária em Mercado[1]	426.911	426.454	434.987
Dívida Contratual da STN	-256.732	-256.649	-261.787
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-78.349	-79.440	-79.711
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**142.277**	**147.148**	**153.418**
Dívida Mobiliária em Mercado	109.393	113.217	118.262
Títulos Depositados em Garantia	-4.687	-4.954	-5.140
Dívida Contratual	38.482	39.811	41.284
Disponibilidades	-911	-927	-988
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	**234.108**	**237.514**	**246.906**
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	**21,2%**	**21,3%**	**21,9%**

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

As emissões líquidas de dívida interna e o aumento da taxa dos principais indexadores contribuíram para o crescimento do saldo da dívida líquida no período.

Esse crescimento pode ser explicado pelo volume de emissões líquidas da dívida interna ocorridas no período, da ordem de R$ 1,9 bilhão, e dos juros nominais incidentes sobre essa dívida. Por sua vez, o saldo da dívida externa reflete o efeito da desvalorização cambial de 5,7% ocorrida no período, compensado, em parte, pelos pagamentos de encargos e amortizações, além do resgate total dos bônus Samurai 2001.

Dívida Interna Líquida

Conforme demonstrado na tabela 3, a dívida interna líquida passou de R$ 90,3 bilhões em fevereiro para R$ 93,5 bilhões no mês de março. Esse fato decorre das emissões líquidas do mês, em particular das colocações por meio de oferta pública de LTN e LFT. Parte das emissões de mês foram efetuadas em troca de dívida securitizada, da ordem de R$ 46,3 milhões, nas operações de colocação de NTN-C e CDP. No que se refere aos saldos dos fundos, autarquias e fundações, seu acréscimo deve-se ao aumento das disponibilidades do FAT e das demais entidades, em função de apropriação de juros e atualizações monetárias sobre seus saldos.

Cerca de 70% dos haveres contratuais do Tesouro Nacional referem-se às renegociações de dívidas das entidades subnacionais.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R$ milhões)

	2001		
	Jan	Fev	Mar
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**91.831**	**90.366**	**93.489**
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	426.911	426.454	434.987
DPMF	399.959	399.952	408.569
Dívida Securitizada	24.421	23.987	23.913
TDA	2.531	2.515	2.506
DÍVIDA CONTRATUAL	-335.080	-336.089	-341.498
Tesouro Nacional	-256.732	-256.649	-261.787
Dívida Bancária	40.271	40.302	40.239
Lei nº 7.976/89	-10.024	-10.287	-10.676
Lei nº 8.727/93	-44.425	-44.472	-44.415
Lei nº 9.496/97	-137.915	-138.470	-139.140
Renegociação Dívida Municipais	-18.275	-18.375	-18.435
Demais Haveres da STN	-86.362	-85.347	-89.360
Fundos, Autarquias e Fundações	-78.349	-79.440	-79.711
FAT	-55.475	-56.271	-57.039
Demais Entidades	-22.873	-23.169	-22.673
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	**38,7%**	**38,3%**	**38,6%**
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	**-30,3%**	**-30,1%**	**-30,3%**
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	**-23,3%**	**-23,0%**	**-23,2%**

Emissões e Resgates

Foram emitidos liquidamente R$ 1,9 bilhão da dívida mobiliária, sendo emissão líquida de LTN e LFT nos montantes de R$ 2,5 bilhões e R$ 881,9 milhões, respectivamente.

Em março, as emissões totais da dívida interna do Tesouro em mercado atingiram R$ 5,3 bilhões e os resgates perfizeram R$ 3,4 bilhões resultando em emissões líquidas da ordem de R$ 1,9 bilhão. No que se refere à DPMFi, foram emitidos liquidamente R$ 2,2 bilhões, em continuidade ao processo de substituição de títulos pós-fixados por prefixados. Os principais títulos do Tesouro Nacional negociados em leilão (LFT e LTN) responderam por emissões líquidas nos montantes R$ 881,9 milhões e R$ 2,5 bilhões, respectivamente. Por outro lado, verificou-se resgate líquido de dívida securitizada e de Títulos da Dívida Agrária no total de R$ 314,7 milhões. Contribuíram, adicionalmente, para a elevação do estoque da dívida, os juros nominais devidos, de cerca de R$ 6,5 bilhões.

A volatilidade no mercado doméstico, associada ao reduzido volume de vencimentos no mês, levou o Tesouro Nacional a limitar o volume de ofertas públicas em março. Foram emitidos LFT no montante de R$ 1,1 bilhão e LTN com prazos de 6 e 12 meses, nos montantes de R$ 1,8 bilhão e R$ 1,7 bilhão, respectivamente. Houve ainda emissão de NTN-C de 5 e 10 anos nos montantes de R$ 237,7 milhões e R$ 291,4 milhões, respectivamente.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Mar/2001

(R$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I . Emissões	**5.189**	**70**	**5.259**
LFT	1.102		1.102
LTN	3.579		3.579
NTN-C	503	26	529
NTN-D			
Demais	5	44	50
II. Resgates	**2.227**	**835**	**3.061**
LFT	220		220
LTN	1.032		1.032
NTN-C			
NTN-D	974		974
Demais	0	835	835
III. Valor líquido (I-II)	**2.963**	**-765**	**2.198**
TDA			
I . Emissões		2	**2**
II. Resgates		31	**31**
III. Valor líquido (I-II)		**-28**	**-28**
Securitizados *			
I . Emissões			**0**
II. Resgates		286	**286**
III. Valor líquido (I-II)		**-286**	**-286**
Total			
I . Emissões	**5.189**	**73**	**5.262**
II. Resgates	**2.227**	**1.152**	**3.378**
III. Valor líquido (I-II)	**2.963**	**-1.079**	**1.884**

Obs.: Os resgates não financeiros correspondem aos resgates dos títulos recebidos em operações de troca e daqueles resultantes de emissões diretas.

* Inclui dívida agrícola.

As emissões em mercado efetuadas por meio de leilões responderam pela quase totalidade das colocações no mês.

As colocações diretas da DPMF totalizaram R$ 44,2 milhões, sendo mais representativa a emissão dos Certificados do Tesouro Nacional, série E – CFT-E (R$ 35,0 milhões), para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Os resgates de títulos emitidos por meio de colocações diretas totalizaram R$ 1,1 bilhão no mês. Desse valor, R$ 286,3 milhões correspondem a resgates da dívida securitizada, sendo R$ 46,3 milhões resultantes de operações de troca (NTN-C e CDP).

Composição

Como observado em meses anteriores, a estratégia de aumentar a participação dos títulos prefixados e reduzir a participação dos títulos indexados à taxa Selic na dívida mobiliária em mercado tem sido mantida, como mostra a tabela a seguir. Quanto aos títulos remunerados pela variação cambial, não

No mês de março, houve crescimento da participação dos títulos prefixados no total da DPMFi, mantendo-se praticamente constante em relação ao total da dívida mobiliária interna.

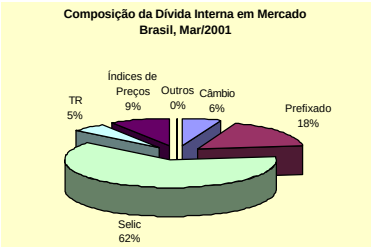
obstante o comportamento da taxa de câmbio observado, houve redução de sua participação no estoque, uma vez que tais títulos não vêm sendo emitidos pelo Tesouro Nacional.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2000/2001

(%)

Indexador	2000	2001	
	Mar	Fev	Mar
I. DPMF			
Selic	68,1	65,5	65,0
Câmbio	9,7	6,2	6,2
Prefixados	15,4	18,0	18,5
Índices de Preços	3,2	6,9	6,9
TR	3,5	3,4	3,4
Outros	0,1	0,0	0,0
II. SECURITIZADOS *			
Selic	17,0	9,1	9,8
Índices de Preços	45,0	57,8	54,0
TR	30,0	32,4	35,4
Outros	8,0	0,7	0,8
III. TDA (TR)	100,0	100,0	100,0
IV. TOTAL			
Selic	64,2	62,5	62,1
Câmbio	9,0	5,9	5,9
Prefixados	14,3	17,0	17,5
Índices de Preços	5,9	9,2	9,0
TR	6,0	5,3	5,4
Outros	0,6	0,1	0,1

* Não inclui dívida agrícola.



A participação dos títulos indexados a índices de preços não sofreu variação substancial como nos meses anteriores em decorrência do menor volume de NTN-C emitido no mês (R$ 529,1 milhões). Com relação à composição da dívida securitizada, observou-se redução na participação dos títulos indexados a índices de preços, em conseqüência dos resgates líquidos de títulos com tais características.

Custo Médio

O custo médio anual da dívida mobiliária em mercado apurado em março foi de 21,05% a.a., contra 19,50% a.a. no mês anterior. Essa elevação pode ser explicada pela desvalorização cambial ocorrida no mês, bem como pela elevação da variação dos índices de preço e da taxa Selic.

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000	2001	
	Mar	Fev	Mar
DPMF	**14,90**	**19,95**	**21,50**
LTN	19,54	17,44	17,37
LFT	17,93	15,20	16,23
NTN-C	28,16	16,88	17,97
Dívida Securitizada *	**9,93**	**11,95**	**13,30**
TDA	**8,99**	**6,39**	**7,94**
Total	**14,49**	**19,50**	**21,05**
Total Oferta Pública	**16,90**	**19,35**	**20,26**

* Não inclui dívida agrícola.

O custo médio das LTN caiu de 17,44% a.a., em fevereiro, para 17,37% a.a. em março, em função dos resgates daqueles títulos com taxas médias mais elevadas.

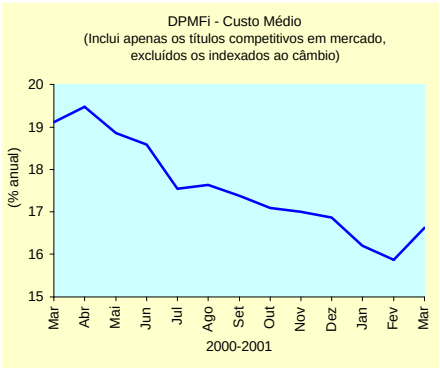
Diferentemente do observado nos meses anteriores, o custo médio da DPMFi em mercado, excluindo-se os títulos indexados ao câmbio, também registrou alta, passando de 15,33% a.a. em fevereiro para 16,02% a.a. em março. O mesmo movimento ocorreu com os títulos emitidos por meio de oferta pública, que em março apresentaram um custo médio de 16,62% a.a., contra 15,87% a.a. em fevereiro.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período		Total (1)	Total (2)	Comp (1)	Comp (2)
2000	Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
	Abr	18,69	23,59	19,47	24,08
	Mai	18,33	18,86	18,86	19,54
	Jun	18,02	14,98	18,58	16,21
	Jul	17,62	15,25	17,55	15,71
	Ago	17,40	20,05	17,63	20,06
	Set	17,09	18,01	17,38	16,74
	Out	16,80	20,96	17,09	20,83
	Nov	16,45	19,35	17,00	19,56
	Dez	16,21	15,59	16,86	16,57
2001	Jan	15,66	16,02	16,20	16,67
	Fev	15,33	19,95	15,87	19,35
	Mar	16,02	21,50	16,62	20,26

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



O aumento do custo médio da dívida mobiliária em mercado é conseqüência da maior variação da taxa Selic e de demais índices de preços que corrigem a dívida.

Tal fato é resultado da maior variação, no mês de março, da taxa Selic que foi de 1,32% contra 1,02% em fevereiro, e também do aumento do IGP-M e IGP-DI, principais índices de preço que corrigem os títulos da dívida pública mobiliária federal. Contudo, o custo médio das LTN declinou, apesar das taxas médias de leilão no período terem sido ligeiramente superiores às de fevereiro. A queda do custo médio decorreu, portanto, de resgates de LTN ocorridos no mês cujas taxas eram superiores ao custo médio do estoque desses títulos.

A estratégia de alongamento e de mudança do perfil da dívida pública na direção de papéis prefixados continua permitindo quedas no deságio dos

títulos remunerados pela taxa Selic, o qual apresentou deságio médio de 0,03% do dia primeiro de março.

Os leilões de LTN de 6 e 12 meses atingiram taxas médias de 15,91% e 16,31%, respectivamente, ligeiramente superiores às do mês de fevereiro, que foram de 15,79% e 15,94%, respectivamente.

Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado caiu de 42,58 meses, em fevereiro, para 42,02 meses em março. A Dívida Securitizada e os Títulos da Dívida Agrária apesentaram queda nos seus prazos médios em decorrência dos sistemáticos resgates líquidos ocorridos.

Em relação à DPMFi, a queda nos prazos médios deveu-se, principalmente, ao fato de as ofertas de LTN terem se restringido a prazos de 6 e 12 meses. Do mesmo modo, o prazo médio das LFT, reduziu-se em relação ao mês anterior, em decorrência do fato de a única emissão desse título ter ocorrido por meio do processo de reoferta, tendo o prazo de emissão sido inferior aos leilões anteriores de títulos com mesmo vencimento.

TABELA 8-a
PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000-2001
(meses)

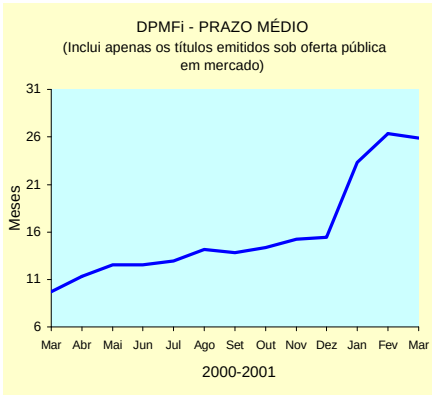
Título	2000	2001	
	Mar	Fev	Mar
DPMFi	**27,97**	**40,03**	**39,52**
Prefixado	5,78	6,91	6,06
Selic	20,35	28,39	27,55
Cambial	73,93	116,09	119,45
Índice de Preço	89,43	151,64	152,32
Demais	89,63	79,94	79,10
TDA	**88,08**	**94,05**	**93,43**
Dívida Securitizada*	**57,00**	**47,95**	**47,52**
Total	**32,15**	**42,58**	**42,02**
Total Oferta Pública	**9,74**	**26,36**	**25,86**

(*) Não inclui dívida agrícola.

TABELA 8
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
(meses)

Período		Total	Comp (1)
2000	Mar	27,97	9,74
	Abr	28,40	11,37
	Mai	29,88	12,54
	Jun	29,94	12,58
	Jul	29,59	12,97
	Ago	30,71	14,16
	Set	30,22	13,85
	Out	30,28	14,38
	Nov	31,42	15,24
	Dez	32,03	15,47
2001	Jan	38,30	23,30
	Fev	40,03	26,36
	Mar	39,52	25,86

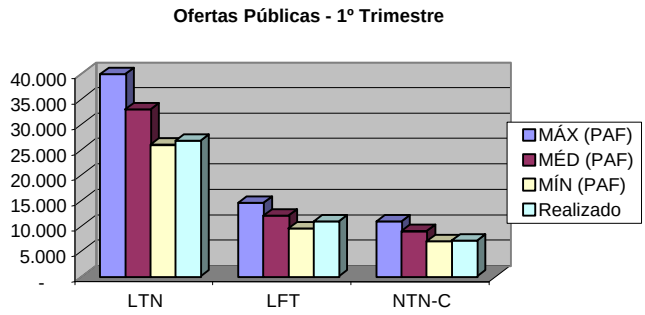
(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



Plano Anual de Financiamento - Resultados do Primeiro Trimestre

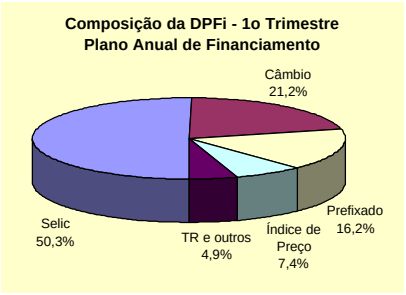
Os resultados projetados pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) para o primeiro trimestre de 2001 foram parcialmente afetados pela volatilidade do mercado no período.

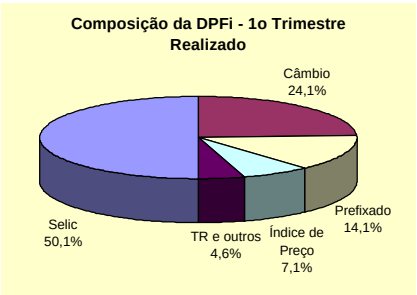
A redução do montante de títulos emitidos por meio de ofertas públicas, em função da contração de lotes anteriormente previstos, refletiu-se em volumes de colocação de LTN, LFT e NTN-C abaixo da trajetória média estabelecida pelo PAF, sem, contudo, comprometer as bandas de flutuação propostas, tal como observado no gráfico a seguir.



No que se refere à composição do estoque, a evolução da dívida remunerada a taxa Selic, índices de preços, TR e outros manteve-se dentro da trajetória estabelecida pelo PAF. Contudo, o menor volume de emissões de LTN, juntamente com a elevação das taxas de câmbio, produziu pequenos desvios em relação aos objetivos pretendidos para a dívida prefixada e para aquela remunerada à variação cambial.

A composição do estoque dos títulos emitidos em leilão manteve-se praticamente na trajetória estabelecida pelo PAF.





Tal movimento, à medida que aumentou a participação relativa da dívida remunerada à taxa de câmbio, reduzindo o montante previsto de títulos prefixados no total do estoque da DPFi, produziu impactos importantes sobre outros indicadores estimados para o primeiro trimestre.

Em contrapartida, foram superadas as expectativas relacionadas com a duração da dívida, que atingiu 13,4 meses contra uma estimativa de 12,9 meses. Tal efeito foi associado, em parte, à colocação de títulos de 20 anos, o que contribuiu para a redução da sensibilidade da dívida no curto prazo. Ao mesmo tempo, o percentual vincendo em 12 meses situou-se em 39,5%, bem abaixo do percentual estimado pelo PAF previsto, inicialmente, em 43,4%.

As expectativas relacionadas àduração e ao percentual vincendo em 12 meses, previstas no PAF, foram superadas no primeiro trimestre deste ano.

Plano Anual de Financiamento - Resultados Comparados		
Indicadores	**1º Trimestre/01**	
	PAF	**Realizado**
Estoque em mercado (R$ bi)	533,7	536,5
Prazo médio (meses)	31,9	31,3
Duração (meses)	12,9	13,4
% vincendo em 12 meses	43,4	39,5
Participação no estoque		
Prefixados (%)	16,2	14,1
Selic (%)	50,2	50,1

Dívida Externa Líquida

Em março, o saldo da dívida externa líquida em dólar reduziu-se em 1,4% (US$ 1,0 bilhão), devido principalmente aos seguintes fatores: i) pagamento de principal a organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais; ii) resgate total do Samurai 2001; iii) amortização de parcela do *Exit Bond/BIB*; e iv) valorização do dólar americano frente às demais moedas estrangeiras.

Boxe 1 – Bônus Global 2024

No dia 14 de março, foi realizada a sétima operação de troca de dívida externa pelo governo brasileiro, por meio da emissão de bônus global no montante de US$ 1,0 bilhão, com vencimento em 2024 e cupom semestral de 8,875% ao ano. Foram retirados do mercado US$ 2,2 bilhões em *Bradies*, dos quais US$ 1,2 bilhão de *Discount Bonds*, US$ 682 milhões em *Par Bonds*, US$ 262 milhões de *C-Bonds* e US$ 44 milhões de *Debt Conversion Bonds*. O título foi emitido com *spread* de 737 *bps* acima dos títulos de referência do Tesouro americano e permitiu ganhos a valor presente líquido no montante de US$ 75 milhões e liberação de US$ 545 milhões em garantias (*Par* e *Discount Bond).*

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R$ milhões)

	2000	2001	
	Mar	Fev	Mar
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	**89.622,90**	**113.217,17**	**118.261,82**
Bônus de Renegociação	56.380,07	52.374,70	50.674,59
Bônus de Captação	33.242,83	60.842,46	67.587,24
II. DÍVIDA CONTRATUAL	**32.751,34**	**39.811,30**	**41.284,29**
Organismos Multilaterais	12.288,47	18.521,11	19.274,55
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.108,09	6.993,40	7.378,11
Clube de Paris	14.354,77	14.296,79	14.631,62
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	**-4.837,09**	**-4.953,62**	**-5.140,47**
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	**-812,53**	**-926,90**	**-987,98**
V. TOTAL (I+II+III+IV)	**116.724,62**	**147.147,95**	**153.417,66**
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	**11,7%**	**13,2%**	**13,6%**

Outro fato que merece destaque é a emissão do Bônus Global 2024, com prazo de 23 anos e cupom de 8,875% a.a., no montante de US$ 2,1 bilhões. Esse montante foi integralmente trocado por Bônus da Dívida Renegociada (*Bradies*).

Quanto à execução financeira do mês de março, o montante relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R$ 1,7 bilhão. Deste total, R$ 1,3 bilhão refere-se à dívida mobiliária, R$ 305,2 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R$ 70,2 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Mar/2001

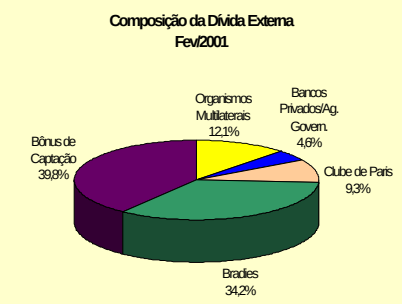
(R$ milhões)

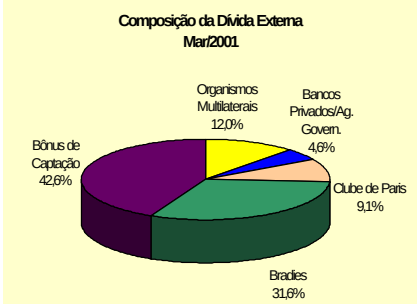
Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	**1.106,7**	**599,2**	**1.705,9**
I.1. Organismos Multilaterais	218,0	87,2	**305,2**
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	56,4	13,8	**70,2**
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	**0,0**
I.4. Dívida Mobiliária	832,2	498,2	**1.330,4**
BIB	31,8	24,9	**56,8**
Global 2030	0,0	200,3	**200,3**
Samurai 2001	514,7	14,7	**529,3**
Euro 2003	0,0	82,3	**82,3**
Bônus DL 6019/43	0,0	0,0	**0,0**
Samurai 2006	0,0	12,3	**12,3**
BEA-Bradies (recompra)	285,8	141,2	**427,0**
Global 2024	0,0	22,4	**22,4**

Foram pagos no mês R$ 1,7 bilhão entre principal, juros e encargos da dívida externa.

Composição

Em março, a principal mudança em relação à composição da dívida externa deveu-se ao aumento da participação dos Bônus de Captação e a redução da participação dos Bônus de Renegociação em virtude da operação de emissão do Global 2024 em troca de Bônus da Dívida Renegociada, como observado nos gráficos abaixo.





Em função da emissão do bônus Global 2024, houve aumento da participação dos bônus de colocação no total da dívida externa, que passou de 39,8% para 42,6%.

Custo e Prazo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou ligeiro aumento resultado, principalmente, da emissão do Bônus Global 2024. Entretanto, o prazo médio dos Bônus de Renegociação diminuiu em decorrência do resgate dos *Bradies*, em troca do Global 2024, os quais possuíam, em média, prazos superiores ao prazo médio de 13,8 anos (fevereiro de 2001).

O custo médio em dólares dos Bônus de Captação diminuiu de 10,50% a.a. em fevereiro para 10,45% a.a. em março. Tal fato deve-se à emissão do Global 2024 que obteve uma taxa de juros de 8,875% a.a., taxa esta inferior ao custo médio em fevereiro. Entretanto, esta queda no custo foi amenizada pelo resgate do Samurai 2001 que possuía uma taxa de juros baixa (5,50% a.a.).

O prazo médio da dívida externa ficou em 14,88 anos em março de 2001, contra 13,37 anos no mesmo mês de 2000.

Por sua vez, o custo médio dos Bônus de Renegociação aumentou, conforme demonstrado pela tabela 11, devido ao fato de alguns dos títulos cancelados (*Par Bond*) e resgatados (*BIB/Exit Bond*) no mês possuírem taxas de juros de 6% a.a., ou seja, abaixo do custo médio no mês de fevereiro (7,5% a.a.).

TABELA 11

CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA

BRASIL, 2000/2001

Título	2000	2001	
	Mar	Fev	Mar
Prazo Médio (anos)	**13,37**	**14,77**	**14,88**
Bônus de Renegociação	13,78	13,84	13,01
Bônus de Captação	12,68	15,58	16,28
Globais	15,80	20,01	20,24
Euros	6,19	5,97	5,88
Demais	4,88	3,82	4,16
Custo Médio (% a.a.) *	**8,04**	**9,13**	**9,21**
Bônus de Renegociação	6,43	7,53	7,57
Bônus de Captação	10,77	10,50	10,45
Globais	11,45	11,24	11,02
Euros	10,15	9,86	9,86
Demais	6,95	6,02	6,08

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TESOURONACIONAL

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
I. RECEITA TOTAL	**20.219,9**	**19.120,1**	**19.316,7**	**18.200,1**	**18.627,6**	**20.779,0**	**18.853,5**	**19.979,1**	**20.148,6**	**25.618,8**	**22.692,7**	**18.472,1**	**21.613,0**
I.1. Receitas do Tesouro	**15.886,6**	**14.950,7**	**14.944,5**	**13.780,4**	**14.081,0**	**16.117,3**	**14.352,9**	**15.483,9**	**15.631,3**	**17.948,6**	**18.073,2**	**13.692,4**	**16.965,6**
I.1.1 Receita Bruta	16.239,1	15.173,1	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.247,8
- Impostos	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4
- Contribuições	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4
- Demais	1.237,2	1.919,3	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.523,9
I.1.2. (-) Restituições	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)	(1.143,6)	(1.508,0)	(327,5)	(568,4)	(367,9)	(459,6)	(314,1)	(291,7)	(253,0)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(64,9)	(71,3)	(69,7)	(71,7)	(52,8)	(56,4)	(29,2)
I.2. Receitas da Previdência Social	**4.333,3**	**4.169,4**	**4.372,2**	**4.419,7**	**4.546,6**	**4.661,7**	**4.500,6**	**4.495,2**	**4.517,3**	**7.670,2**	**4.619,6**	**4.779,7**	**4.647,4**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**3.412,3**	**3.382,2**	**3.446,3**	**2.943,9**	**3.238,8**	**3.380,0**	**3.286,4**	**3.287,0**	**3.724,6**	**3.619,0**	**4.357,6**	**3.820,5**	**3.081,3**
II.1. Transferências Constitucionais	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5
II.2. Lei Complementar 87/96	255,0	259,5	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7
II.3. Demais	421,9	262,5	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,3	220,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**16.807,6**	**15.737,9**	**15.870,4**	**15.256,2**	**15.388,8**	**17.399,0**	**15.567,0**	**16.692,0**	**16.424,0**	**21.999,8**	**18.335,1**	**14.651,6**	**18.531,7**
IV. DESPESA TOTAL	**12.734,3**	**11.742,0**	**12.903,7**	**13.671,7**	**14.973,6**	**14.100,9**	**13.940,9**	**15.616,8**	**15.082,0**	**23.855,5**	**15.733,7**	**13.949,9**	**14.788,4**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	**4.196,2**	**4.062,0**	**4.194,0**	**4.486,5**	**5.111,5**	**4.175,0**	**4.221,5**	**4.326,1**	**4.441,2**	**6.725,7**	**5.891,1**	**4.858,9**	**4.730,8**
IV.1.1. INSS	234,0	255,7	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9
IV.1.2. Demais	3.962,2	3.806,3	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.580,5	4.615,8	4.487,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	**4.781,3**	**4.810,7**	**4.995,4**	**5.056,7**	**5.199,7**	**5.260,5**	**5.334,2**	**5.405,5**	**5.885,5**	**9.715,0**	**5.260,0**	**5.301,8**	**5.448,1**
IV.3. Custeio e Capital	**3.756,7**	**2.869,3**	**3.714,3**	**4.128,5**	**4.662,4**	**4.665,4**	**4.385,1**	**5.885,2**	**4.755,4**	**7.414,8**	**4.582,6**	**3.789,2**	**4.609,6**
IV.3.1. Despesa do FAT	653,6	214,7	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	423,8	322,6	604,2
- Abono e Seguro Desemprego	361,5	158,5	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3
- Demais Despesas do FAT	292,1	56,2	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,0	52,8	130,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	267,3	167,5	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	383,2	200,3	314,2	352,5
- Operações Oficiais de Crédito	183,3	91,4	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0
- Subvenções aos Fundos Regionais	83,9	76,1	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	54,0	99,6	78,7	81,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	2.835,9	2.487,1	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.958,5	3.152,3	3.652,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	**4.073,3**	**3.995,9**	**2.966,7**	**1.584,5**	**415,2**	**3.298,1**	**1.626,2**	**1.075,2**	**1.342,0**	**(1.855,7)**	**2.601,4**	**701,7**	**3.743,3**
V.1. Tesouro Nacional	4.521,3	4.637,3	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	189,1	3.241,9	1.223,8	4.543,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(448,0)	(641,4)	(623,2)	(637,0)	(653,1)	(598,8)	(833,7)	(910,4)	(1.368,2)	(2.044,8)	(640,5)	(522,1)	(800,6)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	**(49,2)**	**(43,0)**	**(82,2)**	**59,8**	**(55,2)**	**(24,2)**	**0,3**	**(45,7)**	**(26,1)**	**(106,8)**	**(30,3)**	**(73,5)**	**(43,3)**
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	**4.024,1**	**3.952,9**	**2.884,5**	**1.644,4**	**360,0**	**3.273,9**	**1.626,5**	**1.029,5**	**1.315,9**	**(1.962,4)**	**2.571,1**	**628,2**	**3.700,0**
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**927,9**	**(1.783,8)**	**305,2**	**151,3**	**37,0**	**1.379,9**	**142,9**	**(2.510,8)**	**718,8**	**(610,5)**	**89,5**	**472,8**	**nd**
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	**4.952,0**	**2.169,1**	**3.189,7**	**1.795,6**	**397,0**	**4.653,8**	**1.769,5**	**(1.481,3)**	**2.034,7**	**(2.572,9)**	**2.660,6**	**1.101,0**	**nd**
X. JUROS NOMINAIS (3)	**(2.936,8)**	**(6.919,4)**	**(6.548,5)**	**(3.286,1)**	**(2.682,2)**	**(5.949,6)**	**(2.927,4)**	**(7.998,9)**	**(6.330,2)**	**(3.102,5)**	**(6.769,1)**	**(6.462,5)**	**nd**
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	**2.015,2**	**(4.750,3)**	**(3.358,7)**	**(1.490,4)**	**(2.285,2)**	**(1.295,8)**	**(1.157,9)**	**(9.480,2)**	**(4.295,5)**	**(5.675,4)**	**(4.108,5)**	**(5.361,6)**	**nd**

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias
(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TESOURONACIONAL

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	**20.261,4**	**19.098,4**	**19.176,3**	**19.414,1**	**17.763,4**	**20.025,3**	**19.225,6**	**20.188,8**	**21.909,6**	**28.247,7**	**19.255,9**	**21.656,8**	**19.649,6**
I.1 - Recolhimento Bruto	15.135,8	13.553,4	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)	(87,6)	(112,6)	(72,9)	(63,2)	(69,7)	(71,7)	(52,8)	(56,4)	(29,2)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	605,3	934,7	520,3	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	127,1	270,1	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	267,6
I.5 - Receita do Salário Educação	90,5	97,0	107,9	104,0	108,1	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.404,4	4.325,8	4.581,4	4.725,2	4.840,6	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,0	4,0	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0
II. DESPESAS	**18.100,4**	**19.533,2**	**19.879,7**	**21.290,5**	**20.247,5**	**21.565,0**	**19.321,3**	**24.296,1**	**22.906,3**	**30.517,9**	**24.433,6**	**20.923,5**	**17.782,2**
II.1 - Liberações Vinculadas	**3.402,5**	**3.282,1**	**5.384,1**	**3.579,6**	**3.450,1**	**4.049,6**	**3.902,6**	**3.956,3**	**4.350,2**	**4.103,9**	**5.368,2**	**4.563,1**	**3.879,5**
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	132,4	130,3	147,0	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	254,8	259,3	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	279,9	32,4	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2
II.2 - Liberações Ordinárias	**14.697,9**	**16.251,1**	**14.495,6**	**17.710,9**	**16.797,3**	**17.515,4**	**15.418,6**	**20.339,8**	**18.556,2**	**26.413,9**	**19.065,4**	**16.360,5**	**13.902,7**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.020,9	3.995,2	4.195,0	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.459,1	4.759,6	4.905,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	773,5	2.710,6	650,0	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4
i) Dívida Contratual Interna	287,1	224,0	184,2	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6
ii) Dívida Contratual Externa	486,4	2.486,6	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.684,5	2.263,6	1.597,4	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	(229,2)
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	4.688,6	4.833,0	5.061,5	5.239,3	5.611,7	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.256,7	2.249,8	2.782,9	4.089,8	3.124,7	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	4.151,5	3.423,0	3.305,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	273,8	198,8	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	147,0	317,7	353,7
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	**2.161,0**	**(434,8)**	**(703,4)**	**(1.876,4)**	**(2.484,1)**	**(1.539,7)**	**(95,7)**	**(4.107,3)**	**(996,7)**	**(2.270,1)**	**(5.177,7)**	**733,2**	**1.867,4**
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	**45.022,3**	**28.626,7**	**16.439,7**	**15.811,7**	**22.163,8**	**30.527,6**	**14.141,3**	**20.692,9**	**19.875,1**	**12.911,1**	**34.003,7**	**8.861,0**	**6.158,4**
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	3.451,3	3.048,0	352,1	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5
V. DESPESAS	**36.374,7**	**26.252,5**	**22.969,0**	**17.602,6**	**19.567,4**	**33.758,3**	**17.231,4**	**25.669,2**	**28.745,1**	**6.217,3**	**22.231,7**	**7.799,7**	**929,3**
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	34.349,8	25.706,6	22.328,4	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	(145,2)
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.024,9	545,9	640,6	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5
V.2.1 - Dívida Interna	514,5	279,8	478,9	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4
V.2.2 - Dívida Externa	1.510,4	266,1	161,7	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	**7.221,2**	**(127,9)**	**(6.240,8)**	**(690,6)**	**(847,2)**	**(9.300,2)**	**(4.122,1)**	**(6.167,5)**	**(15.824,3)**	**6.401,2**	**7.864,3**	**624,5**	**5.355,1**
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**787,6**	**(3.929,0)**	**11.821,8**	**7.949,5**	**13.968,7**	**3.561,8**	**1.315,5**	**(4.582,6)**	**2.417,2**	**6.516,4**	**(13.540,2)**	**1.840,3**	**3.539,0**
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	**11.596,2**	**(1.989,6)**	**4.589,1**	**4.282,2**	**14.081,0**	**(1.208,6)**	**(1.870,3)**	**(13.666,2)**	**(7.449,5)**	**10.940,1**	**(6.946,0)**	**3.634,8**	**10.635,4**

(*) Dados retificados

TESOURONACIONAL

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**4.206,9**	**6.563,8**	**25.117,0**	**12.869,5**	**18.329,1**	**8.066,8**	**4.454,1**	**1.222,6**	**6.851,1**	**10.198,7**	**3.384,4**	**6.362,0**	**3.943,3**
I.1. Emissão de Títulos	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	-	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1
I.2. Remuneração das Disponibilidades	855,3	990,6	660,0	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	22,2	75,0	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7
II. DESPESAS NO BACEN	**3.419,3**	**10.492,7**	**13.295,2**	**4.920,0**	**4.360,4**	**4.505,1**	**3.138,7**	**5.805,2**	**4.433,9**	**3.682,3**	**16.924,6**	**4.521,7**	**404,4**
II.1. Resgate de Títulos	3.281,2	9.344,2	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4
II.2. Encargos da DPMF	138,1	1.148,5	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0
III. RESULTADO (I - II)	**787,6**	**(3.929,0)**	**11.821,8**	**7.949,5**	**13.968,7**	**3.561,8**	**1.315,5**	**(4.582,6)**	**2.417,2**	**6.516,4**	**(13.540,2)**	**1.840,3**	**3.539,0**

TESOURONACIONAL

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	**11,0**	**11,6**	**9,9**	**10,6**	**8,0**	**6,5**	**5,5**	**8,4**	**11,7**	**14,4**	**15,1**	**16,0**	**14,3**
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6,5**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21,0**	**-**
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	**3,5**	**12,6**	**39,4**	**4,6**	**42,2**	**245,8**	**63,8**	**53,5**	**37,1**	**15,5**	**(6,2)**	**33,8**	**125,8**
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	4,4	12,3	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	(6,2)	(24,4)	33,6	115,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	(1,2)	-	-	-	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	-	10,5
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	**17,9**	**19,5**	**19,0**	**21,3**	**40,4**	**59,2**	**19,7**	**15,6**	**18,5**	**19,4**	**36,2**	**51,3**	**19,7**
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	**151,0**	**47,6**	**50,1**	**26,6**	**60,2**	**18,6**	**125,2**	**34,7**	**55,9**	**268,5**	**55,5**	**113,5**	**111,2**
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11,3**	**-**	**-**	**-**
VII. TOTAL	**183,3**	**91,4**	**118,4**	**63,1**	**150,7**	**336,6**	**214,2**	**112,1**	**123,2**	**329,1**	**100,7**	**235,5**	**271,0**

TESOURONACIONAL

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
I. DÍVIDA INTERNA	**106.171,3**	**110.799,5**	**104.762,5**	**106.491,1**	**105.926,7**	**100.978,1**	**102.723,2**	**99.908,4**	**93.658,8**	**100.172,0**	**91.830,7**	**90.365,7**	**93.488,8**
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7
Dívida Bancária	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8
CVS	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8
Certificados de Privatização	40,8	40,9	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2
INSS	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4
Lei 7.976/89	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3
Bônus Renegociação	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1
Lei 8.727/93	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0
Lei 9.496/97	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3
Recebíveis das Estatais	-27.102,6	-27.477,1	-26.282,6	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1
Outros	-21.232,4	-20.830,6	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2	-23.687,9	-23.826,4	-24.162,5
Fat	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6
Demais Entidades	-18.806,7	-18.924,7	-19.519,0	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,4	-23.169,4	-22.672,7
Créditos das Operações Oficiais	-9.021,8	-9.180,7	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.135,9	-10.401,9	-10.963,6
Arrecadação a Recolher	-3.345,0	-3.606,0	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-3.157,9
II. DÍVIDA EXTERNA	**116.724,6**	**125.427,8**	**126.988,9**	**124.339,1**	**124.694,2**	**127.380,5**	**128.306,1**	**133.193,0**	**135.948,3**	**137.180,9**	**142.277,3**	**147.147,9**	**153.417,7**
Dívida Mobiliária	89.622,9	96.043,5	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8
Títulos Depositados em Garantias	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5
Dívida Contratual	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3
Disponibilidades	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	**222.895,9**	**236.227,3**	**231.751,4**	**230.830,1**	**230.620,9**	**228.358,6**	**231.029,3**	**233.101,4**	**229.607,1**	**237.352,9**	**234.108,0**	**237.513,7**	**246.906,5**
DIVIDA LÍQUIDA/PIB	**22,4%**	**23,5%**	**22,8%**	**22,4%**	**22,1%**	**21,7%**	**21,8%**	**21,8%**	**21,3%**	**21,8%**	**21,2%**	**21,3%**	**21,9%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	**89.622,9**	**96.043,5**	**97.257,6**	**94.501,7**	**95.198,3**	**97.331,3**	**97.784,9**	**101.421,9**	**103.813,1**	**105.519,3**	**109.393,3**	**113.217,2**	**118.261,8**
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	**56.380,1**	**61.040,7**	**61.682,3**	**59.296,8**	**57.728,5**	**49.463,2**	**49.732,6**	**50.797,5**	**51.888,0**	**51.776,8**	**50.562,2**	**52.374,7**	**50.674,6**
Brazil Investment Bond (BIB)	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8
Interest Due and Unpaid (IDU)	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-
Par Bond (PB)	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6
Discount Bond (DB)	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	11.625,6	14.802,6	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3
Debt Conversion Bond (DCB)	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7
New Money Bond (NMB)	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5
Eligible Interest (EI)	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	**33.242,8**	**35.002,8**	**35.575,3**	**35.204,9**	**37.469,8**	**47.868,2**	**48.052,3**	**50.624,3**	**51.925,1**	**53.742,5**	**58.831,1**	**60.842,5**	**67.587,2**
Bônus Samurai	509,8	500,3	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-
Bônus Global	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2
Bônus Marco Alemão 2007	868,6	898,1	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3
Bônus Parallel Franco	254,6	251,1	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1
Bônus Parallel Florim	303,1	299,0	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6
Bônus Parallel Xelim	246,5	254,9	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5
Bônus Global 2027	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6
Bônus Eurolira	658,0	680,4	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6
Bônus Eurosterling 2007	418,1	421,3	412,0	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5
Bônus Euro 2003	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8
Bônus Global 2008	651,4	673,6	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8	732,2
Bônus Marco Alemão 2008	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0
Bônus Global 2004	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8
Bônus Euro 2002	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8
Bônus Euro 2004	836,8	825,4	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8
Bônus Global 2009	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2
Bônus Euro 2006	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5
Bônus Euro 2001	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1
Bônus Global 2020	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6
Bônus Euro 2010	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2
Bônus Global 2030	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6
Bônus Samurai 2003	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5
Bônus Euro 2005	-	-	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2
Bônus Global 2007	-	-	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6
Bônus Global 2040	-	-	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.647,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	**(4.837,1)**	**(4.515,6)**	**(4.506,1)**	**(4.504,1)**	**(4.542,8)**	**(4.816,4)**	**(4.707,2)**	**(4.368,6)**	**(4.589,5)**	**(4.674,9)**	**(4.686,8)**	**(4.953,6)**	**(5.140,5)**
III. DÍVIDA CONTRATUAL	**32.751,3**	**34.724,2**	**35.073,3**	**35.290,8**	**34.990,8**	**35.841,9**	**36.092,9**	**37.028,8**	**37.711,1**	**37.274,7**	**38.482,2**	**39.811,3**	**41.284,3**
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	**(812,5)**	**(824,3)**	**(835,8)**	**(949,3)**	**(952,1)**	**(976,3)**	**(864,5)**	**(889,0)**	**(986,3)**	**(938,2)**	**(911,4)**	**(926,9)**	**(988,0)**
V. TOTAL (I+II+III+IV)	**116.724,6**	**125.427,8**	**126.988,9**	**124.339,1**	**124.694,2**	**127.380,5**	**128.306,1**	**133.193,0**	**135.948,3**	**137.180,9**	**142.277,3**	**147.147,9**	**153.417,7**
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	**11,7%**	**12,5%**	**12,5%**	**12,1%**	**12,0%**	**12,1%**	**12,1%**	**12,4%**	**12,6%**	**12,6%**	**12,9%**	**13,2%**	**13,6%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	**474.563,8**	**477.764,8**	**480.548,7**	**492.767,4**	**509.864,8**	**516.609,4**	**523.275,0**	**525.036,8**	**521.192,5**	**528.502,9**	**537.388,0**	**539.415,9**	**552.088,0**
I. Dívida com Mercado	**367.119,8**	**373.303,2**	**385.053,5**	**390.144,3**	**392.328,1**	**392.672,8**	**399.816,7**	**402.309,9**	**397.808,4**	**398.862,8**	**399.958,7**	**399.951,7**	**408.568,7**
LTN	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9
LFT	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9
LFT-A	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6
LFT-B	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2
LFT-E	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9
NTN-A	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4
NTN-C	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5
NTN-D	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1
NTN-H	2.058,9	2.062,7	2.066,6	2.071,7	2.074,9	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9
NTN-I	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4
NTN-P	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7
NTN-S	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	8.445,8	8.386,8	8.633,2	8.610,8	8.796,1	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2
CFT-D	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7
Demais	1.893,9	1.862,5	1.816,8	1.913,2	1.902,4	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3
II. Dívida com BACEN	**61.460,0**	**57.956,0**	**95.495,3**	**102.623,1**	**117.536,7**	**123.936,6**	**123.458,3**	**122.726,9**	**123.384,0**	**129.640,1**	**137.429,3**	**139.464,3**	**143.519,3**
LTN	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0
LFT	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9
LFT-A	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5
NTN-A	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4
NTN-D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3
Demais	3,9	4,0	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3
III. Títulos em Tesouraria	**45.984,0**	**46.505,6**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mercado/PIB	**36,9%**	**37,2%**	**37,9%**	**37,9%**	**37,6%**	**37,2%**	**37,7%**	**37,6%**	**36,8%**	**36,6%**	**36,2%**	**35,9%**	**36,3%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R$ milhões

	Mar/2000	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2001
I. INTERNA	**-66.026,3**	**-65.964,2**	**-68.519,7**	**-69.744,9**	**-71.360,8**	**-72.055,3**	**-72.621,2**	**-73.953,7**	**-75.489,3**	**-76.111,5**	**-78.348,6**	**-79.440,0**	**-79.711,3**
Dívida contratual	626,5	615,3	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1
FAT	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6
Aplicações financeiras	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8
Fundos Regionais	-11.499,6	-11.524,0	-12.069,6	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,3	-13.922,1	-14.108,6
Demais	-5.899,4	-5.745,1	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4
II. EXTERNA	**-812,5**	**-824,3**	**-835,8**	**-949,3**	**-952,1**	**-976,3**	**-864,5**	**-889,0**	**-986,3**	**-938,2**	**-911,4**	**-926,9**	**-988,0**
Disponibilidades	-812,5	-824,3	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	**-66.838,8**	**-66.788,5**	**-69.355,5**	**-70.694,1**	**-72.312,9**	**-73.031,6**	**-73.485,7**	**-74.842,7**	**-76.475,6**	**-77.049,8**	**-79.260,0**	**-80.366,9**	**-80.699,3**
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	**-6,7%**	**-6,6%**	**-6,8%**	**-6,9%**	**-6,9%**	**-6,9%**	**-6,9%**	**-7,0%**	**-7,1%**	**-7,1%**	**-7,2%**	**-7,2%**	**-7,2%**

(-) Haver (+) Obrigação
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

F P E / F P M

F U N D O S D E P A R T I C I P A Ç Ã O
D O S E S T A D O , D F E M U N I C Í P I O S

TESOURONACIONAL

Boletim - **Ano VI nº 3**

MARÇO/2001

Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em março, foram 12,3% menores que os valores distribuídos no mês de fevereiro/2001. Contribuiu para esse resultado, basicamente, a menor arrecadação do Imposto de Renda classificada no período de 21.02.01 a 20.03.01 (base de cálculo dos fundos em março/2001). O IR apresentou redução de 13,5% em relação a fevereiro/2001 (período de 21.01.01 a 20.02.01), destacando-se o IRPJ com decréscimo de 37,4% quando comparado ao mês anterior.

Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um decréscimo nominal de 7,5%. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 8,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em março, decréscimo de 4,9% em comparação aos valores transferidos no mês de fevereiro/2001. Relativamente a março/00, observou-se um aumento nominal de 19,7%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 10,0%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R$ Milhões)			VARIAÇÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/01 / FEV/01	MAR/01 / MAR/00	JAN A MAR/01 / JAN A MAR/00
2000	1.337,7	1.228,0	3.916,5	-	-	-
2001	1.237,3	1.411,0	4.380,0	-12,3%	- 7,5%	+ 11,8%

ANO	FPE * (R$ Milhões)			VARIAÇÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/01 / FEV/01	MAR/01 / MAR/00	JAN A MAR/01 / JAN A MAR/00
2000	1.278,3	1.173,4	3.688,7	-	-	-
2001	1.182,3	1.348,3	4.185,4	-12,3%	- 7,5%	+ 13,5%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

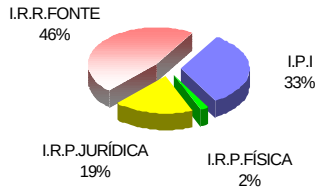
De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **março** foram efetuados nas seguintes datas: **09/03, 20/03 e 30/03**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
MAR	- 19,0 %	- 12,3 %	- 19,0 %	- 12,3 %	- 10,0 %	- 4,9 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em março, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

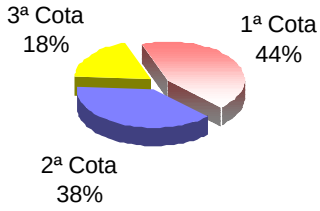
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



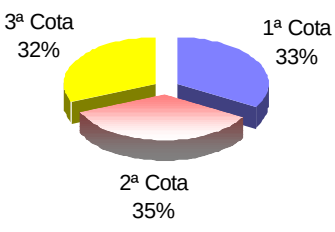
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de fevereiro a 20 de março, conforme demonstrativo abaixo: **R$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação líquida Realizada (Competência)			Receita	Base de Cálculo	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	**IR**	**IPI+IR**	Classificada (Caixa)	**IPI+IR**	**FPE (1)**	**FPM (1) (2)**	**IPI-EXP (1)**	**FUNDEF(3)**
3º Dec./Fev.	476,6	1.911,4	2.388,0						
MAR/2001	**1.407,0**	**4.686,9**	**6.093,9**	**MAR/2001**	**5.499,2**	**1.005,0**	**1.051,7**	**121,4**	**384,4**
1º Dec./Mar.	501,9	1.602,3	2.104,2	3º Dec./Fev.	2.388,0	436,4	456,7	40,5	164,8
2º Dec./Mar.	450,1	556,9	1.007,0	1º Dec./Mar.	2.104,2	384,5	402,4	42,7	146,4
3º Dec./Mar.	455,0	2.527,7	2.982,7	2º Dec./Mar.	1.007,0	184,0	192,6	38,3	73,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - IncentivosFiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	5.836,75	34.380,06	3,46	7.138,45
AL	25.068,12	41.807,80	47,65	13.137,51
AM	14.029,34	28.042,71	2.826,90	8.374,55
AP	4.022,42	34.289,61	29,01	6.948,04
BA	95.545,64	94.429,09	6.473,82	62.492,84
CE	53.202,77	73.733,72	1.341,15	27.409,44
DF	2.226,62	6.936,31	6,96	1.980,73
ES	18.646,24	15.074,57	6.282,35	8.968,00
GO	39.137,59	28.572,33	762,98	12.659,77
MA	42.472,64	72.540,82	1.844,71	41.501,63
MG	136.928,10	44.766,43	18.547,31	41.113,74
MS	16.041,04	13.386,21	467,00	5.828,19
MT	20.422,53	23.193,73	835,60	8.665,79
PA	38.134,10	61.423,83	6.285,40	32.960,20
PB	34.040,06	48.127,06	268,56	14.676,17
PE (3)	54.108,20	69.345,01	776,14	21.223,82
PI	26.130,62	43.428,82	134,00	17.116,33
PR	71.660,00	28.975,32	11.248,21	24.257,95
RJ	31.965,45	15.352,94	6.214,20	12.033,30
RN	26.114,74	41.986,68	330,54	12.236,03
RO	9.539,93	28.295,96	154,78	6.815,88
RR	4.220,20	24.930,32	5,34	5.162,27
RS	71.320,29	23.665,06	20.345,79	24.717,75
SC	41.343,87	12.861,62	11.804,23	13.256,53
SE	15.225,84	41.759,56	86,92	10.183,71
SP (4)	139.787,68	10.049,71	24.285,82	44.119,94
TO	16.080,61	43.615,74	20,28	10.573,47
TOTAL	**1.053.251,36**	**1.004.971,01**	**121.429,10**	**495.552,02**

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. **(2)** Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./ LC87/96 e Complementação da União. **(3)** O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. **(4)** Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires , a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril /2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM	+ 16,0%	+ 2,0%	- 15,0%
FPE	+ 16,0%	+ 2,0%	- 15,0%
IPI-EXP	+ 7,0%	- 1,0%	+ 10,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 8,0 %
FPE	+ 8,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Mai/2000	23/06/00	Out/2000	23/11/00
Jun/2000	28/07/00	Nov/2000	27/12/00
Jul/2000	30/08/00	Dez/2000	29/01/01
Ago/2000	27/09/00	Jan/2001	23/02/01
Set/2000	24/10/00	Fev/2001	23/03/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

TESOURONACIONAL
Boletim - Ano IV nº 3

F U N D E F

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Internet: http://www.stn.fazenda.gov.br

MARÇO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de março apresentaram um acréscimo de 18,0% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso o repasse a maior, em 30,4%,nesse mês por conta dos recursos originários do ICMS .

No início de março, foi creditado aos beneficiários a Complementação da União referente ao mês de fevereiro.

R$ Mil

Origens	Fevereiro	Partic.	Março	Partic.	Mar/ Fev
FPM	209.905,5	15,0%	183.846,9	11,1%	-12,3%
FPE	202.244,8	14,4%	177.065,1	10,7%	-12,3%
IPI-EXP	22.528,3	1,6%	21.426,2	1,3%	-4,9%
LC 87/96 LC 102/00	44.645,3	3,2%	44.630,4	2,7%	0,0%
Compl. União	34.307,4	2,5%	68.583,4	4,2%	-
ICMS	886.340,3	63,3%	1.155.988,2	70,0%	30,4%
Total	**1.399.971,6**	**100%**	**1.651.540,2**	**100%**	**18,0%**

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

PREVISÃO BIMESTRAL

UF	ABR/MAR	MAI/ABR	UF	ABR/MAR	MAI/ABR
AC	5%	5%	PB	-15%	0%
AL	-4%	1%	PR	-25%	0%
AP	2%	1%	PE	-10%	2%
AM	-23%	0%	PI	7%	1%
BA	-6%	-2%	RJ	-22%	-2%
CE	-25%	4%	RN	3%	-3%
DF	10%	2%	RS	-24%	-5%
ES	-13%	-4%	RO	-12%	4%
GO	-18%	10%	RR	13%	3%
MA	-5%	6%	SC	-28%	-4%
MT	-15%	10%	SP	-22%	-3%
MS	3%	4%	SE	-12%	2%
MG	-18%	5%	TO	0%	3%
PA	-11%	4%			

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3121/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:

Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

EXECUÇÃO DO FUNDEF ATÉ MARÇO/2001

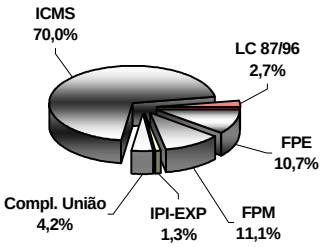
UF	Total Previsto (R$mil)	Total Executado até Março (R$mil)	% Executado	Per capita Executado (R$)
AC	109.853,2	29.180,6	27%	211,9
AL	243.626,3	68.063,2	28%	102,0
AP	102.614,0	28.259,8	28%	243,1
AM	299.014,8	83.192,5	28%	131,9
BA	1.195.536,6	316.314,2	26%	89,7
CE	605.150,5	170.531,0	28%	100,4
DF (1)	155.168,4	7.222,9	5%	22,5
ES	375.588,4	96.641,0	26%	178,2
GO	459.744,6	133.845,4	29%	128,2
MA	533.836,5	132.462,6	25%	85,8
MT	274.637,5	78.263,3	28%	135,8
MS	208.140,1	61.140,0	29%	145,4
MG	1.617.517,1	462.737,4	29%	134,8
PA	526.464,5	139.255,4	26%	90,0
PB	306.867,2	89.996,5	29%	110,5
PR	829.120,7	220.590,1	27%	140,2
PE	595.101,9	162.268,5	27%	102,7
PI	260.470,4	67.057,5	26%	92,6
RJ	1.329.149,6	391.016,1	29%	194,7
RN	260.369,9	74.365,2	29%	125,2
RS	1.106.638,6	321.557,6	29%	201,4
RO	148.717,2	43.635,1	29%	144,6
RR	80.825,8	21.884,3	27%	278,9
SC	548.739,7	163.960,6	30%	180,5
SP	4.697.826,1	1.326.483,7	28%	241,8
SE	200.695,7	57.511,6	29%	145,5
TO	174.247,5	48.760,2	28%	150,8
TOTAL	**17.245.662,8**	**4.796.196,3**	**28%**	**147,2**

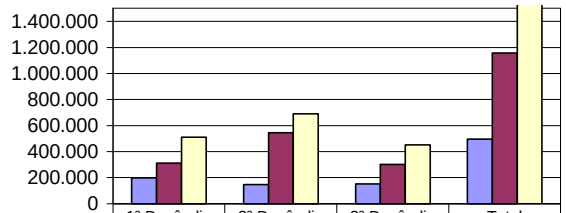
(1) Não há informação de distribuição da parcela de ICMS no período de janeiro a março de 2001.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.





	1ª Decêndio	2ª Decêndio	3ª Decêndio	Total
União (FPM,FPE, IPIEXP, LC 87 / 96 e COUN)	198.395,7	145.817,2	151.339,1	495.552,0
Estadual (ICMS)	311.927,3	543.602,8	300.458,2	1.155.988,2
Total	510.323,0	689.420,0	451.797,3	1.651.540,2

DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MARÇO/2001 (EM R$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	6.067,1	1.030,0	0,6	0,0	40,8	1.328,4	**8.466,8**	61,5	212,6
AL	667.007	7.303,3	4.406,3	8,4	1.044,7	374,9	7.582,1	**20.719,6**	31,1	102,1
AM	630.642	4.948,7	2.475,8	498,9	0,0	451,2	21.581,4	**29.955,9**	47,5	133,7
AP	116.231	6.051,1	709,8	5,1	0,0	182,0	1.525,6	**8.473,7**	72,9	243,6
BA	3.527.787	16.578,0	16.784,2	1.142,4	26.324,3	1.663,9	48.734,1	**111.226,9**	31,5	89,7
CE	1.698.971	13.011,8	9.388,7	236,7	4.043,0	729,2	36.864,4	**64.273,9**	37,8	100,0
DF(2)	321.563	1.224,1	392,9	1,2	0,0	362,5	0,0	**1.980,7**	6,2	21,1
ES	542.389	2.660,2	3.290,5	1.108,6	0,0	1.908,6	23.292,9	**32.260,9**	59,5	178,6
GO	1.044.232	5.032,2	6.896,2	134,6	0,0	596,8	31.155,7	**43.815,5**	42,0	128,2
MA	1.544.447	12.801,3	7.495,2	325,5	20.128,0	751,6	9.299,1	**50.800,7**	32,9	85,8
MG	3.433.497	7.900,0	24.163,7	3.273,1	0,0	5.777,0	105.303,3	**146.417,1**	42,6	134,2
MS	420.557	2.362,3	2.830,8	82,4	0,0	552,7	12.025,1	**17.853,3**	42,5	145,6
MT	576.334	4.055,8	3.595,1	147,4	0,0	867,4	16.817,7	**25.483,5**	44,2	136,1
PA	1.546.627	10.839,5	6.729,5	1.109,2	12.328,4	1.953,6	17.162,6	**50.122,8**	32,4	90,1
PB	814.623	8.493,0	6.007,1	47,4	0,0	128,7	14.345,0	**29.021,2**	35,6	110,3
PE	1.579.456	12.237,4	8.245,0	137,0	0,0	604,5	30.646,5	**51.870,3**	32,8	99,7
PI	723.848	7.643,1	4.599,6	23,6	4.715,0	135,0	4.401,9	**21.518,2**	29,7	92,7
PR	1.573.083	5.113,3	12.645,9	1.985,0	0,0	4.513,8	69.580,0	**93.838,0**	59,7	140,4
RJ	2.008.289	2.688,4	5.622,6	1.096,6	0,0	2.625,7	118.604,0	**130.637,3**	65,0	194,8
RN	594.181	7.407,1	4.608,5	58,3	0,0	162,1	8.860,7	**21.096,7**	35,5	125,4
RO	301.839	4.993,4	1.683,5	27,3	0,0	111,6	6.319,6	**13.135,4**	43,5	144,9
RR	78.462	4.399,5	744,7	0,9	0,0	17,1	703,3	**5.865,5**	74,8	273,6
RS	1.596.324	4.145,3	12.499,7	3.588,0	0,0	4.484,7	89.760,7	**114.478,5**	71,7	201,3
SC	908.259	2.269,7	7.296,0	2.083,1	0,0	1.607,8	49.129,8	**62.386,3**	68,7	180,8
SE	395.309	7.369,3	2.686,9	15,3	0,0	112,1	8.286,9	**18.470,6**	46,7	145,7
SP	5.486.865	1.773,5	24.181,0	4.285,7	0,0	13.879,7	418.855,5	**462.975,4**	84,4	241,6
TO	323.383	7.696,9	2.837,7	3,6	0,0	35,2	3.821,8	**14.395,3**	44,5	151,2
Total	**32.591.935**	**177.065,1**	**183.846,9**	**21.426,2**	**68.583,4**	**44.630,4**	**1.155.988,2**	**1.651.540,2**	**50,7**	**147,0**

Fonte:SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.